

Um país dividido

Gaudêncio Torquato (*)

A pouco mais de dois meses do pleito de 7 de outubro, não se sabe quem se sentará na cadeira presidencial

Mas um cenário já está bem definido: seja quem for o eleito, comandará um país rachado, com bandas em litígio. De um lado, grupos opositoristas, alguns sob o habitat de partidos que se dizem de esquerda, outros impregnados por um discurso de cunho militarista, com foco na defesa da ordem, e uma terceira ala, cuja inspiração é a real politik com o lema “chegar ao poder a qualquer custo”.

A rigor, não se trata da versão clássica entre direita e esquerda, a partir da observação de que, após a queda do Muro de Berlim, ficou difícil sustentar o escopo do socialismo clássico ou do comunismo, ainda mais quando o principal partido desse grupamento - PT -, afundou-se no pântano da corrupção, flagrado, ao lado de outros, nos dois mais impactantes escândalos da atualidade: Mensalão e Petrolão (Operação Lava Jato).

A propósito, o cientista político espanhol, Manuel Castells, no Caderno Aliás, do Estadão, pontua que a nossa grande questão “não é mais o embate entre direita e esquerda, e sim de partidos democráticos (ainda que corruptos) contra uma coalizão neoautoritária apoiada por grupos de interesses ideológicos extremistas internacionais”.

O fato é que estamos diante de uma paisagem devastada por granizos de ódio atirados reciprocamente por militantes e setores de classes médias, cada qual desfraldando bandeiras e palavras de ordem. Muitos defendem mudanças, não deixando ver, porém, pontos de vista sobre programas fundamentais, como as reformas política, fiscal-tributária, previdenciária, entre outras.

O discurso do arquipélago petista fica nas generalidades: trabalhadores perderam direitos com a reforma trabalhista, a pretendida reforma previdenciária acabará com a classe trabalhadora, patati-patatá.

Diferenças se vêem no campo das privatizações, quando o

verbo passa a defender, sem restrição, o Estado paquidêmico, ocupado por militância sem mérito, como se viu nos 13 anos do petismo no poder.

Na verdade, parcela do ódio destilado no meio social saiu do PT, cujo lema tem sido apregoado até hoje pelo comandante-em-chefe dos exércitos petistas, Luiz Inácio, e reverberado por generais de seu séquito. O lema, de todos conhecido, é: “Nós e Eles”, apartheid social que divide bons e maus, bandidos e mocinhos. Quem se sente atingido por esse torpedo separatista, como as poderosas classes médias de São Paulo, faz soar por todos os lados muita indignação.

Não há, portanto, condição para se juntar as alas adversas em um espaço de harmonia e boa convivência. Ainda mais quando o ícone das oposições, Lula da Silva, encontra-se preso, com o petismo e satélites entoando loas ao “salvador da Pátria”, exigindo sua libertação e a condição de elegibilidade para ele. O espetáculo tem o objetivo de sensibilizar as margens, propiciando uma mobilização centrípeta, das periferias para o centro da sociedade.

A estratégia do PT busca juntar em eventual 2º turno os partidos da esquerda e do centro-esquerda do arco ideológico (uso a abordagem apenas para distinguir uns partidos de outros) - PT, PSOL, PC do B, PDT e PSB -, avolumando a massa partidária para ganhar o pleito. Se conseguir ser vitorioso ou eleger alguém de sua aliança, a operação “desmonte das reformas feitas” tomará a atenção do novo governante.

Haja articulação para garantir condições de governabilidade. Se perder, são previsíveis ações de rua, não se descartando a tradicional depredação de patrimônio público e privado. A tão almejada harmonia social não virá no primeiro ciclo do novo governante. Que deverá se preocupar com as condições de governabilidade necessárias para aprovar os programas do governo no Congresso.

Só depois divisaremos paz social.

(*) - Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação Twitter@gaudortquato.

Eleições: campanha de rua começa oficialmente no próximo dia 16

Encerrado o prazo para realização das convenções, os partidos políticos terão até o próximo dia 15 para registrar, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a chapa completa - com candidatos a presidente e a vice, bem como as siglas que integram a coligação

Somente após o prazo final para registro das candidaturas, os partidos poderão colocar a campanha oficialmente na rua. A partir do próximo dia 16, os candidatos, os partidos políticos e as coligações poderão fazer comícios e usar equipamento de som fixo. Também podem fazer campanha em carros de som e usar alto-falantes ou amplificadores de som em suas sedes e comitês.

Estão autorizadas, até o dia 6 de outubro, véspera do primeiro turno, a distribuição de material gráfico, a realização de caminhadas, carreatas ou passeatas e o uso de carro de som pelas ruas, divulgando jingles ou mensagens dos candidatos. Até 5 de outubro, são permitidos anúncios pagos, na imprensa escrita, e a reprodução, na internet, limitados a dez por veículo, em datas diversas, para cada candidato, com ta-



A partir do próximo dia 16, as coligações poderão fazer comícios e usar equipamento de som fixo.

manho máximo de um oitavo de página de jornal padrão e um quarto de página de revista ou tabloide.

Na segunda quinzena deste mês, o TSE se reunirá com os partidos políticos para aprovar

o plano de mídia do horário eleitoral gratuito, que entrará no ar nas emissoras de rádio e televisão a partir do dia 31 de agosto. No total, serão 35 dias de propaganda eleitoral no rádio e na televisão, em dois blo-

cos diários, além das inserções ao longo da programação. Na mesma reunião, será sorteada a ordem de apresentação de cada candidato no horário eleitoral gratuito.

A campanha presidencial vai ao ar às terças, quintas e aos sábados, em dois blocos de 12 minutos e 30 segundos, às 7h e às 12h, em cadeia nacional de rádio, e às 13h e às 20h30, nas emissoras de TV. O tempo de cada partido varia de acordo com o tamanho da bancada de deputados federais e com as legendas que integram a coligação do presidencial. Também às terças e quintas e aos sábados será veiculada a propaganda eleitoral dos candidatos a deputado federal. A campanha para governador, senador e deputado estadual/distrital vai ao ar às segundas, quartas e sextas-feiras. No domingo não há horário eleitoral gratuito (ABR).

Igualdade entre produtor rural e empresário na falência

Os produtores rurais poderão ter o direito de usar os mesmos mecanismos de falência ou recuperação judicial e extrajudicial que já se aplicam a empresários e empresas. A mudança está no projeto que aguarda relatório na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

Do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), o projeto acrescenta um parágrafo único ao art. 1º da Lei de Falências para garantir que as disposições da norma também poderão ser usadas pelos produtores rurais. Atualmente, a lei disciplina exclusivamente a falência, a recuperação judicial e a recuperação extrajudicial “do empresário e da sociedade empresária”.

Na justificativa de sua proposta, Caiado afirma que o setor rural é um dos principais responsáveis pelos bons indicadores da economia brasileira. “É incompreensível que setor da economia tão fundamental para o país venha a ser discriminado no que diz respeito à capacidade de renegociação de suas dívidas”, acrescentou. O projeto será analisado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos (Ag.Senado).

Inviabilidade em projeto que amplia potência de rádios comunitárias

Em audiência pública no Conselho de Comunicação Social (CCS), o Ministério das Comunicações e a Anatel alegaram ontem (6) que há “inviabilidades técnicas” para o aumento da potência das rádios comunitárias, prevista no projeto já aprovado pelo Senado e em análise na Câmara. Conforme o texto, as rádios comunitárias poderão ter uma potência de até 150 watts, seis vezes a potência máxima vigente, que é de 25 watts.

Segundo Marcus Vinicius Paolucci, Chefe da Assessoria Técnica da Anatel, o aumento da potência alargaria o problema da interferência entre emissoras, exigindo uma maior distância entre elas e, consequentemente, reduziria o número de rádios comunitárias em funcionamento. “Em relação à proposta de elevação do limite para 150 Watts, a Anatel entende que o resultado será a inviabilidade da prestação do serviço de radiodifusão comunitária por grande parte dos interessados”, disse.



MinC e Anatel alegaram que há “inviabilidades técnicas” para o aumento da potência das rádios comunitárias.

Para o diretor do Departamento de Radiodifusão do Ministério da Ciência e Tecnologia, Rodrigo Cruz Gebrim, a proposta vai na contramão da expansão das rádios comunitárias. “Se todas as rádios comunitárias pedissem o aumento de potência, teríamos um caos. A interferência seria a regra entre as comunitárias. Com o aumento da potência, você teria menos rádios autorizadas. O Ministério tem como meta justamente a expansão”, argumentou.

O conselheiro Paulo Ricardo Balduino afirmou que as manifestações da Anatel e do Ministério devem ser consideradas pelos parlamentares. “Se o que foi colocado aqui fosse de conhecimento do Senado, o projeto não sairia [aprovado]”, declarou. Gebrim também não recomenda a aprovação do projeto que permite às rádios comunitárias a venda de publicidade e a veiculação de propaganda comercial e de interesse público (Ag.Senado).

Arábia Saudita corta relações diplomáticas com Canadá

A Arábia Saudita chamou de volta seu embaixador no Canadá, expulsou o representante diplomático canadense de seu território e congelou todos os novos investimentos e intercâmbios comerciais com o país devido ao que chamou de “interferências” nos assuntos internos por parte de Ottawa.

A decisão foi motivada pela declaração do Ministério das Relações Exteriores canadense que, por meio de seu perfil no Twitter na última sexta-feira (3), disse estar “extremamente preocupado com as prisões de muitos ativistas dos direitos humanos, entre eles, Samar Badawi [defensora de direitos da mulheres]”, além de ter pedido a libertação de militantes.

De acordo com a ONG Human Rights Watch, Badawi foi presa na última quarta-feira (1) como parte de “ações inéditas do governo saudita para desmantelar movimentos que lutam pelo direitos da mulheres, que resultaram nas prisões de dezenas de ativistas”. O Ministério das Relações Exteriores saudita definiu a postura canadense como “um ataque” ao país e destacou que “não aceitará nenhuma forma de interferência” em seus assuntos internos.



A Liga Árabe e o Bahrein apoiam a decisão do governo saudita.

O Parlamento árabe, órgão instituído pela Liga Árabe, alinhou-se à Arábia Saudita na ruptura política com o Canadá. O presidente da instituição, Mishaal bin Fahmi Al Salami, criticou o Canadá, classificando como “negativas e irresponsáveis” as declarações das autoridades canadenses. O Bahrein também expressou apoio à Arábia Saudita e lamentou a postura do Canadá. Na Arábia Saudita, as mulheres ganharam recentemente o direito de dirigir, mas ainda precisam da permissão masculina para executar atividades básicas, como estudar (ANSA).

Recursos para bloqueadores de celular em presídios

Em reunião amanhã (8), a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado deve votar o substitutivo ao projeto que destina recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para a instalação, custeio e manutenção de bloqueadores de celulares em presídios. O substitutivo será votado em turno suplementar pela comissão. Se aprovado sem receber pedido para votação em Plenário, o texto segue diretamente para análise da Câmara.

Do senador Lasier Martins (PSD-RS), o projeto determina o uso de recursos do Fispel para instalação dos bloqueadores. Na Comissão de Assuntos Econômicos, no entanto, a proposta aprovada substituiu o Fispel pelo Funpen, que contaria com respaldo legal para assegurar o direcionamento de verbas orçamentárias ao objetivo pretendido, de acordo com o relator, senador Armando Monteiro (PTB-PE).

Na Comissão, a matéria é relatada pelo senador Otto Alencar (PSD-BA), que defende a apro-



Recursos do Funpen para a instalação, custeio e manutenção de bloqueadores de celulares em presídios.

vação da proposta. Ele destaca ainda que é vedado o contingenciamento de recursos do Funpen. Embora este fundo tenha uma gama maior de obrigações, apresenta maior respaldo formal para garantir o direcionamento de verbas orçamentárias para o objetivo do projeto.

Também consta na pauta o projeto que obriga empresas de telefonia, internet e televisão paga a fornecerem aos

consumidores informações mais claras sobre preços. O projeto será apreciado em caráter terminativo na comissão. Da senadora Ângela Portela (PDT-RR), a proposta delega à Anatel a competência de classificar e organizar a oferta dos planos e preços dos serviços prestados, de forma a facilitar a compreensão, a comparação e a seleção do produto mais adequado ao perfil de cada usuário (Ag.Senado).

Câmara pode votar MPs que atendem reivindicações dos caminhoneiros

Nesta primeira semana de esforço concentrado, o Plenário da Câmara dos Deputados pode analisar três MPs com reivindicações negociadas com os caminhoneiros para o fim da greve, ocorrida em maio deste ano.

A primeira delas é a que determina à Conab contratar um mínimo de 30% dos serviços de transporte de grãos com cooperativas e associações de transportadores autônomos. Já outra MP garante a isenção do pedágio para o eixo suspenso de caminhão vazio em todas as

rodovias do território nacional. A isenção estava sendo aplicada apenas em rodovias federais porque os estados interpretavam que a lei dos motoristas não abrangia as rodovias estaduais. Agora, a lei ficou mais clara para abranger explicitamente todas as rodovias federais, estaduais, distritais e municipais, inclusive as concedidas.

Já com a MP 837/18 é criada uma indenização temporária para o policial rodoviário federal por ter trabalhado durante sua folga. Essa situação ocorreu

muitas vezes durante a greve dos caminhoneiros. Prevê dois valores para a indenização: R\$ 420 para quem trabalhar durante 6 horas e R\$ 900 para quem trabalhar 12 horas, sempre em ações relevantes, complexas ou emergenciais que exijam significativa mobilização do efetivo. Outra MP em pauta é a que cria 164 cargos comissionados destinados ao Ministério de Segurança Pública para atender a necessidades dessa área (Ag.Câmara).

Deposta em 2016, Dilma tentará vaga no Senado

A ex-presidente brasileira Dilma Rousseff (PT), que sofreu um impeachment em 2016, lançou candidatura ao Senado Federal. O anúncio foi feito durante ato organizado pelo PT no bairro de Venda Nova, em Belo Horizonte, no último domingo (5).

“Aqui em Minas Gerais é que vai se travar a luta decisiva. Se não ganharmos aqui, perdemos o Brasil. Somos aqueles que vão lutar dia a dia para eleger Lula presidente, Pimentel governador e, é claro, Dilma senadora. Esse trio é indissolúvel. Estamos nessa eleição pelo resgate da democracia. E a liberdade de Lula é a síntese da democracia no Brasil”, afirmou Dilma.

A ex-presidente lidera as pesquisas de intenção de voto no estado, que é o segundo maior colégio eleitoral do país, com 15 milhões de eleitores. São Paulo, com cerca de 33 milhões, é o primeiro colocado. “No dia 7 de outubro, vamos dar uma votação histórica a Dilma”, declarou o ex-presidente Lula, em carta lida durante a convenção que lançou a chapa.

A mensagem foi enviada da Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba, onde Lula está preso desde o dia 7 de abril, condenado a 12 anos e um mês pelo TRF-4 de Porto Alegre pelo caso do triplex em Guarujá. Durante o mesmo ato, o partido oficializou a candidatura de Fernando Pimentel, que tentará a reeleição no governo do estado (ANSA).